



PROCESSO: 1166/2023

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº 05/2023

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos oficiais e locais do Município de Arapiraca, por meio de sistema eletrônico, com a utilização de cartões magnéticos ou microprocessador (chip), de aceitação para aquisição de combustíveis (gasolina, diesel comum e diesel S10), em postos credenciados, com a utilização de sistema integrado via internet para monitoramento de abastecimentos.

### **JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**RECORRENTE:** PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL, inscrita no CNPJ sob nº 05.340.639/0001-30.

**RECORRIDA:** CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.656.963/0001-50.

**FEITO:** Recurso Administrativo contra decisão do pregoeiro que habilitou a empresa CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA.

O Pregoeiro do Município de Arapiraca, em face do recurso interposto referente ao Pregão Eletrônico nº 05/2023, de nº processual supracitado, pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL, doravante denominada RECORRENTE, contra a decisão do pregoeiro que habilitou a empresa CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA, realiza o seguinte exame, pelos fatos e motivos a seguir:

#### **1. DA TEMPESTIVIDADE**

O recurso administrativo na modalidade pregão é disciplinado no inciso XVIII, art. 4º da Lei nº 10.520/2002, in verbis:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

O encerramento da sessão pública da presente licitação ocorreu em 27 de março de 2023, sendo registrados na Ata da sessão os prazos limites para apresentação de recurso, contrarrazão e decisão da Administração Municipal, conforme transcrito a seguir:

- Data limite para registro de recurso: 30/03/2023;
- Data limite para registro de contrarrazão: 03/04/2023;
- Data limite para registro de decisão: 18/04/2023.



## **COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES**

A Recorrente, tempestivamente, apresentou suas razões de recurso por meio de registro no Sistema Comprasnet, em consonância com o estabelecido no subitem 21.5 do Edital.

A Recorrida, também tempestivamente, apresentou suas contrarrazões através de registro no Sistema Comprasnet, em conformidade com o estabelecido no subitem 21.5 do Edital.

### **2. DAS RAZÕES DE RECURSO**

Em síntese, a Recorrente menciona que a empresa CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA possui um péssimo histórico de execução contratual, citando as punições aplicadas à empresa pelos municípios de Taquarituba, Santa Ernestina, Nipoa e Araras, fundamentadas no art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

Argumenta que o balanço patrimonial apresentado pela Recorrida contém irregularidades e inconsistências, fazendo as seguintes pontuações:

- a) A Recorrida apresenta em suas demonstrações contábeis o valor de R\$ 300,00 na conta de softwares, “indicando que não possui software próprio para gerenciamento das operações referentes ao serviço que se propõe a prestar”, concluindo que a Recorrida “realiza a subcontratação da íntegra, ou, quando menos, de parte essencial do objeto licitado”;
- b) A Recorrida “não registrou as despesas com DEPRECIACÃO nos últimos 5 meses do exercício de 2021”;
- c) O balanço patrimonial da Recorrida apresenta duas DRE’s, “a primeira no período de 01/01/2021 a 31/07/2021 e segunda no período de 01/08/2021 a 31/12/2021”, sendo que a receita bruta da segunda DRE, que deveria ser maior, sofreu uma diminuição. Essa alteração, segundo a Recorrente, “indica cancelamentos de notas fiscais, que podem ter ocorrido fora do prazo”; e
- d) A Recorrida deixou de apresentar os índices de liquidez seca, possuindo diversos índices abaixo de 1,00.

Alega que a empresa CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA violou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, por não ter apresentado prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual.

Defende que os quatro atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida não comprovam a qualificação da empresa para executar o objeto da licitação, uma vez que eles não correspondem nem a 24% do valor estimado do presente certame.

Por fim, a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL requer a inabilitação da Recorrida e a convocação da segunda colocada na ordem de classificação das propostas.

### **3. DAS CONTRARRAZÕES**



A Recorrida, em síntese, defende que o impedimento de licitar e contratar produz efeitos apenas no âmbito do ente federativo que aplicou a sanção e informa que as penalidades a ela aplicadas “não se refletem a nenhuma inexecução ou descumprimento contratual grave, mas a divergências de prazos e adequações contratuais”.

Destaca que cumpriu todas as exigências do Edital e que os atestados de qualificação técnica e o balanço patrimonial estão aptos a atender as exigências editalícias.

Informa que é isenta de inscrição estadual, tendo apresentado a sua inscrição municipal.

Por fim, solicita a total improcedência das razões recursais, bem como requer que seja mantida a sua habilitação no certame para dar sequência à homologação da licitação.

#### **4. DO MÉRITO**

Preliminarmente, cabe pontuarmos que o instrumento convocatório é o meio pelo qual a Administração Pública convoca os interessados ao certame, bem como expõe as regras a serem adotadas durante todo o procedimento, no intuito de garantir a segurança e isonomia de todos os participantes.

O edital é a lei interna da Licitação, sendo inconcebível que o órgão público fixe as regras e modos de participação dos licitantes e no transcorrer do procedimento licitatório ou em seu julgamento se afaste do estabelecido em Edital, ou admita proposta ou documentação em desacordo com as regras estabelecidas.

A vinculação ao edital que regulamenta o certame licitatório é uma garantia constitucional, e irá orientar a atuação tanto do órgão promotor da licitação quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei, que assim estabelece: “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

Como será demonstrado adiante, este Pregoeiro agiu com estrita observância aos princípios básicos descritos no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e os que lhes são correlatos.

Dito isso, passemos a analisar as razões apresentadas.

##### **4.1. Das Sanções Aplicadas à Empresa Convênios Card Administradora e Editora Ltda**

Conforme demonstrado na peça recursal, a empresa CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA possui algumas sanções administrativas aplicadas a ela com fundamento no art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02. Vejamos o



## COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

que diz as alíneas “d”, “e” e “f” do subitem 2.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2023 sobre a participação de empresas que possuam sanções administrativas, in verbis:

2.3. NÃO PODERÁ PARTICIPAR da presente licitação interessado que:  
(...)

d. Esteja com o direito de licitar e contratar com o Município de Arapiraca suspenso, nos termos do disposto no art. 87, inc. III, da Lei 8.666/93, por decisão definitiva do Prefeito;

e. Esteja impedida de licitar e de contratar com o Município de Arapiraca, nos termos do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, por decisão definitiva de órgão ou entidade do Município;

f. Tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar com Administração Pública, nos termos do art. 87, inc. IV, da Lei 8.666/93, por decisão definitiva de qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, integrantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou por força do art. 46, da Lei 8.443/93, determinado pelo TCU – Tribunal de Contas da União;

Como se pode observar no trecho do Edital transcrito acima, as sanções aplicadas nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e do art. 7º da Lei nº 10.520/02, são impeditivas de participação no presente certame apenas se aplicadas pelo Município de Arapiraca. Por outro lado, as sanções aplicadas nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, são impeditivas de participação no presente certame se aplicadas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, integrantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Cumpre-nos enfatizar que o instrumento convocatório está em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, conforme entendimento emanado no Acórdão nº 2242/2013-TCU-Plenário, o qual reproduzimos a seguir:

9.3. dar ciência ao Serpro/SP, relativamente aos subitens 2.2.2 e 2.2.4 do edital do Pregão Eletrônico 1.317/2013, de que a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/1993 **produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador**, enquanto a prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produz efeitos apenas **no âmbito interno do ente federativo que a aplicar**. (grifo nosso)

Ante ao exposto, as sanções administrativas aplicadas à Recorrida pelos municípios de Taquaribuba, Santa Ernestina, Nipoa e Araras, com fundamento no art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02, só produzem efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador.

Ademais, nos termos das alíneas “a” e “b” do subitem 13.1 do Edital, este Pregoeiro e Equipe de Apoio consultou a situação do fornecedor no SICAF e na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, onde verificamos não haver penalidades que impeçam a participação da Recorrida no presente certame.



**4.2. Do Balanço Patrimonial Apresentado pela Empresa Convênios Card Administradora e Editora Ltda**

Diante dos questionamentos feitos sobre o balanço patrimonial da empresa CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA, constante das razões recursais da empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL, solicitamos, em consonância com o subitem 21.12 do Edital, manifestação técnica da assessoria contábil da Secretaria Municipal da Fazenda sobre os pontos questionados.

Em resposta, subscrito pelo contador deste Município, foi emitido o Despacho datado de 12 de abril de 2023, o qual fica fazendo parte integrante deste instrumento. A íntegra do mencionado Despacho pode ser obtida no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Arapiraca, disponível no endereço eletrônico: <https://transparencia.arapiraca.al.gov.br/licitacoes>.

Em análise a resposta da assessoria contábil, verificamos que os questionamentos apontados não comprometem a habilitação da empresa CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA na licitação em referência, uma vez que foram cumpridas todas as normas dispostas no instrumento convocatório.

Dito isto, passemos a analisar ponto a ponto do que foi questionado.

**4.2.1. Do Valor na Conta de Softwares Constante no Balanço Patrimonial da Empresa Convênios Card Administradora e Editora Ltda**

A empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL menciona que nas demonstrações contábeis da empresa CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA o valor na conta de softwares é de R\$ 300,00, o que, segundo a Recorrente, indica que a Recorrida “não possui software próprio para gerenciamento das operações referentes ao serviço que se propõe a prestar”, concluindo, a partir disso, que a Recorrida “realiza a subcontratação da íntegra, ou, quando menos, de parte essencial do objeto licitado”.

Mister se faz ressaltar que o Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2023 não estabelece que os softwares para gerenciamento dos abastecimentos da frota de veículos oficiais e locados sejam de propriedade da empresa a ser contratada, não sendo razoável do transcorrer do certame, realizar essa exigência.

Em análise a esse questionamento, a assessoria contábil assim se manifestou: “A locação de um software para gerenciamento não significa que a empresa está subcontratando uma terceira para a execução do objeto licitado”.

Diante do exposto, mesmo que a suposição da Recorrente esteja correta, não há justificativa plausível para a inabilitação da Recorrida, uma vez que o Edital do pregão em tela não exigiu que os softwares utilizados nos serviços de gerenciamento de abastecimentos sejam de propriedade da empresa a ser contratada.



**4.2.2. Dos Registros de Depreciação Constantes no Balanço Patrimonial da Empresa Convênios Card Administradora e Editora Ltda**

A empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL menciona que a Recorrida “não registrou as despesas com DEPRECIAÇÃO nos últimos 5 meses do exercício de 2021”.

Em análise a esse questionamento, a assessoria contábil assim se manifestou: “A não execução da depreciação não inabilita a empresa CONVENIOS CARD no certame licitatório”.

Na mesma linha de pensamento da assessoria contábil, entendemos que o fato mencionado não impede de verificarmos a saúde financeira da empresa, demonstrada através dos índices financeiros exigidos no Edital, portanto, não sendo razoável inabilitar a Recorrida por causa da ausência de registro de depreciação nos últimos 5 meses do exercício de 2021.

**4.2.3. Das DRE's Constantes no Balanço Patrimonial da Empresa Convênios Card Administradora e Editora Ltda**

A Recorrente menciona que o balanço patrimonial da Recorrida apresenta duas DRE's, “a primeira no período de 01/01/2021 a 31/07/2021 e segunda no período de 01/08/2021 a 31/12/2021”, sendo que a receita bruta da segunda DRE, que deveria ser maior, sofreu uma diminuição. Essa alteração, segundo a Recorrente, “indica cancelamentos de notas fiscais, que podem ter ocorrido fora do prazo”.

Em análise a esse questionamento, a assessoria contábil assim se manifestou:

A Receita Bruta na 1ª DRE compreende o período de 01/01/2021 a 31/07/2021 e a 2ª DRE compreende o período de 01/08/2021 a 31/12/2021 e não como a empresa PRIME alega que a 2ª DRE a Receita Bruta compreende que seja do período 01/01/2021 a 31/12/2021. Dessa forma não ocorre uma redução na receita Bruta e suposto cancelamento de notas fiscais.

Assim, considerando a análise feita pela assessoria contábil, não há motivos para inabilitar a Recorrida com fundamento nas DRE's constantes em seu balanço patrimonial.

**4.2.4. Dos Índices Financeiros Constantes no Balanço Patrimonial da Empresa Convênios Card Administradora e Editora Ltda**

A empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL menciona que a Recorrida deixou de apresentar os índices de liquidez seca, possuindo diversos índices abaixo de 1,00.

Em análise a esse questionamento, a assessoria contábil assim se manifestou:



## COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

A empresa CONVENIOS CARD apresentou sim todos os índices acima de 1 (um) como comprovado no quadro abaixo:

Liquidez Corrente	ILC	Ativo Circulante	2.037	1,40
		Passivo Circulante	1.456	
Liquidez Geral	ILG	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	2.373	1,57
		Passivo Circulante + Realizável a Longo Prazo	1.513	
Solvência Geral	ISG	Ativo Total	3.113	2,06
		Passivo Circulante + Não Circulante	1.513	

Quanto à exigência de índices financeiros, assim estabelece o Edital em seu subitem 19.1.4.3, alínea “e”:

e. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de **índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das fórmulas, os quais deverão ser iguais ou superiores a 1 (UM) (...)

Como se pode observar no subitem transcrito acima, foram solicitados os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais deveriam ser iguais ou superiores a 1 (um). Portanto, não há que se falar no índice de liquidez seca e demais índices do balanço patrimonial da Recorrida, já que eles não foram objeto de análise na licitação.

Ante ao exposto, em conformidade com a manifestação da assessoria contábil, a Recorrida atendeu as exigências do Edital no que diz respeito aos índices financeiros do seu balanço patrimonial.

### 4.3. Da Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual da Empresa Convênios Card Administradora e Editora Ltda

Ao analisarmos o Edital do certame, verificamos no subitem 19.1.2.2 a seguinte exigência e redação:

19.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital e Municipal, **conforme o caso**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual**; (grifo nosso)

Oportuno se torna dizer que o que determina a obrigatoriedade ou não da inscrição é o ramo de atividade a ser desenvolvida pela empresa. Se a empresa for prestadora de serviço sujeito ao Imposto Sobre Serviços (ISS), não será obrigatória a inscrição no cadastro de contribuinte estadual, haja vista a atividade desenvolvida acarretar a incidência do ISS. A par disso, no subitem acima encontramos a expressão “conforme o caso”.



## COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

Assim sendo, considerando que o objeto do presente certame diz respeito à contratação de empresa para prestação de serviços, os quais estão sujeitos ao ISS, um tributo municipal, a inscrição no cadastro de contribuinte municipal é que deve ser apresentada.

Ante ao exposto, a não apresentação do cadastro de contribuintes estadual pela empresa CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA não a impede de ser habilitada no presente certame. Ademais, em consulta ao cadastro de contribuintes de ICMS do estado de São Paulo, verificamos que a referida empresa é isenta de cadastro de contribuintes estadual.

### 4.4. Dos Atestados de Capacidade Técnica Apresentados pela Empresa Convênios Card Administradora e Editora Ltda

Sobre a apresentação de atestados de capacidade técnica, assim dispõe o subitem 19.1.3.1 do Edital:

19.1.3.1. Pelo menos 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando expressamente que o licitante forneceu ou está fornecendo satisfatoriamente objeto compatível com o objeto desta licitação.

A exigência sobredita estabeleceu que os licitantes deveriam apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica compatível com o objeto da licitação, entretanto, em nenhum momento foi solicitado quantitativo ou valores mínimos nos atestados.

A empresa CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA apresentou em seus documentos de habilitação, disponível no sistema Comprasnet, 04 (quatro) atestados de capacidade técnica a qual aparece como prestadora dos serviços, **os quais são compatíveis com o objeto da presente licitação**, por estarem relacionados à prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento de frota de veículos.

Ora, se o Edital não exige quantitativo ou valores mínimos, não pode a Administração Pública, no decorrer do certame, se afastar do que foi previamente estabelecido.

Ante ao exposto, considerando que a empresa CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA apresentou 04 (quatro) atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto da licitação, entendemos que foi cumprida a exigência estabelecida no subitem 19.1.3.1 do Edital.

## 5. DA CONCLUSÃO

1. Assim, em face das razões expendidas acima, **INDEFIRO** os pedidos formulados pela RECORRENTE, **sustentando o posicionamento inicial, mantendo a habilitação da empresa CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA.**
2. Que o presente julgamento, com as peças recursais apresentadas, seja anexado ao processo principal;

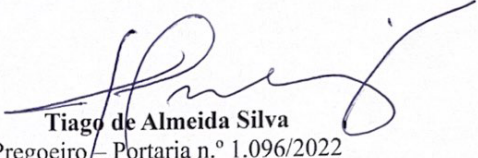


PREFEITURA DE  
**ARAPIRACA**

## **COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES**

3. Que seja ainda disponibilizado o presente julgado aos interessados;
4. **Por fim, que a presente decisão seja encaminhada à apreciação do Chefe do Poder Executivo Municipal, a quem caberá a decisão final.**

Arapiraca/AL, 13 de abril de 2023.

  
**Tiago de Almeida Silva**  
Pregoeiro – Portaria n.º 1.096/2022